NOTA SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA DE DEBATES SOBRE A EMANCIPAÇÃO DA UFJF-GV

A Diretoria da APES vem a público expor sua visão sobre o curso da discussão sobre eventual emancipação do *campus* Governador Valadares da UFJF, em especial quanto ao processo de elaboração de uma metodologia de debates sobre o tema.

Histórico

Em cumprimento a encaminhamento aprovado em reunião do Conselho Superior da UFJF, datada de 22 de novembro de 2019, foi composta, em reunião do Conselho Gestor do *campus* Governador Valadares, comissão para elaborar proposta de metodologia de debates sobre eventual emancipação do *campus.* O encaminhamento foi proposto em reunião na qual houve um debate inicial sobre o tema, após repercussão negativa de matéria jornalística na imprensa valadarense, divulgando ações de articulação política em torno da pauta da emancipação do campus, capitaneada por parlamentares de Governador Valadares, e contando com a presença de gestores da UFJF-GV, sem o conhecimento da Administração Superior e da comunidade universitária como um todo.

Naquela ocasião, houve amplo debate sobre o tema, com participação de gestores de Governador Valadares e fala de diversos conselheiros. O debate foi consolidado e resumido em uma fala final do reitor Prof. Marcus David, na condição de presidente da reunião, no sentido de dois aspectos fundamentais: o primeiro, de que as falas foram convergentes com a ideia de que a emancipação é um processo natural e que tudo, portanto, é uma questão de tempo; o segundo, de que há vários indícios de que a separação não seria a melhor opção neste momento.

Considerando a provocação para que a universidade fizesse o debate, e que o posicionamento da UFJF seria fator de influência em qualquer iniciativa voltada à emancipação, encaminhou-se a composição de comissão para elaborar proposta de metodologia de debates sobre eventual emancipação do *campus*.

Tendo em vista esse encaminhamento, foi composta, em 2020, comissão para seguir o encaminhamento do Consu e elaborar proposta de metodologia. A comissão acabou sendo extinta, por ter sido a ela designado objeto distinto do escopo delimitado pelo Consu. Com a posse de nova direção geral, em março de 2021, e a repercussão de notícia de realização de encontro junto ao MEC, envolvendo parlamentares e a direção do *campus* GV e tratando do tema da emancipação, foi composta, em reunião do Conselho Gestor, nova comissão. Foi ela composta por sete membros, sendo 1 representante da direção do campus, 3 do Conselho Gestor, 1 representante do SINTUFEJUF, 1 representante da APES e 1 representante discente.

Sobre os trabalhos da Comissão, a deliberação do Conselho Gestor e a atuação da APES

A Comissão teve o prazo exíguo de um mês para os trabalhos, e o relatório foi fruto não de consensos, mas de votação por maioria simples já na terceira reunião, apesar dos pedidos da representante da APES de solicitação de extensão do prazo e de discussão ponto a ponto do relatório. No nosso entender, ainda era necessário um aprofundamento no debate em relação a temas sensíveis e de grande impacto, sempre na busca pela construção do consenso democrático como melhor opção. Era também necessário trabalhar o detalhamento de pontos que ainda estavam abstratos e genéricos no esboço de proposta construída até então, ao longo das duas primeiras reuniões. Na deliberação, a representação da diretoria da APES foi voto vencido em diversas pautas. O Relatório da Comissão e as atas das reuniões podem ser encontrados no Processo SEI nº 23071.923817/2021-29.

Posteriormente, o relatório foi submetido ao Conselho Gestor, tendo passado por algumas modificações importantes, como: 1) a retirada do cronograma que previa um prazo exíguo de debates; 2) a previsão de elementos adicionais a serem abordados no relatório e da possibilidade de formação de grupos temáticos de trabalho, ainda que tenha permanecido o caráter meramente sugestivo; 3) a retirada dos poderes do mediador dos debates no sentido de “combater falácias, boatos e inverdades sobre o tema”; 4) A definição do perfil dos membros da comissão, não mais restrita ao assim chamado “caráter técnico”; e 5) a inclusão de pró-reitores na primeira mesa redonda. O Relatório completo também pode ser acessado no processo SEI especificado acima.

 Ainda assim, permanecem, a nosso ver, elementos bastante problemáticos na proposta. Elencamos os principais deles a seguir:

Definição de emancipação – Pressuposição de elementos incertos no debate

Segundo o relatório, “emancipação concerne a desvinculação organizacional do campus GV da UFJF e criação de uma nova autarquia, sendo esta uma universidade autônoma, pública e gratuita condicionada à existência de recursos e políticas públicas necessárias para sua implantação e funcionamento”.

A inclusão da definição é problemática em nossa visão. De um lado, ao inclui-la, a comissão foge de seu objeto e de seu escopo - a definição da metodologia de debates. De outro lado, a definição é tendenciosa no sentido de excluir como elemento importante do debate exatamente os riscos de que a emancipação, se feita em contexto tão adverso, possa produzir algo diferente de uma universidade autenticamente autônoma, pública, gratuita e com os recursos necessários para seu funcionamento. A proposta original, formulada na Comissão, mencionava “funcionamento ideal”, tendo sido modificada na Comissão e novamente alterada no Conselho Gestor.

Temos consciência de que o que motivou a inclusão dessa definição foi apontar a não-aderência a um processo que amplie a precarização da universidade, uma preocupação que, evidentemente, é também a nossa. Entendemos, no entanto, que não é meramente fazer constar essa definição – que pressupõe, ao longo do debate, a existência de recursos – que vai impedir que essa precarização ocorra. Na visão da diretoria da APES, os riscos inerentes a um cenário de corte de verbas e de avanço de um projeto privatista de educação superior devem ser considerados no próprio debate, como elementos relacionados à avaliação de impacto de uma possível emancipação e que devem ser sopesados na construção de eventual posicionamento da universidade sobre o tema.

Desse modo, a definição estabelece pressupostos ao debate, que tendem a coloca-lo em uma dada direção e a secundarizar ou mesmo a inviabilizar que sejam discutidos aspectos conjunturais de extrema relevância para orientar a deliberação da universidade. Em outras palavras, ao invés de contribuir para a avaliação de impacto e para a apreciação de riscos, a definição simplifica um debate complexo, a partir de uma pressuposição, no mínimo, bastante otimista, considerando o cenário da PEC do Teto de Gastos, o processo de asfixia orçamentária das universidades, e os indicativos do interesse do governo federal na fragmentação de campi de universidades e institutos federais, sem incremento de estrutura e nem abertura de novas vagas, como estratégia de viabilizar negociações com membros de determinados espectros políticos (sobretudo o assim chamado “Centrão”) e de ampliação do ataque à autonomia universitária a partir da nomeação de interventores.

Exclusão do campus Juiz de Fora do debate

 Outro ponto problemático é a não-previsão de espaços específicos de debate que sejam efetivamente capazes de contemplar todo o conjunto da comunidade universitária, incluindo docentes, estudantes, TAEs e comunidade envolvida na atuação do *campus* Juiz de Fora. A participação basicamente está restrita ao comparecimento do reitor e de pró-reitores (certamente não todos, dado o reduzido número de espaços de debate previstos) nas mesas redondas.

 Para além disso, todo o debate será realizado em espaços de Governador Valadares – Congregações, Conselho Gestor e possivelmente Câmara Municipal. O argumento de que os espaços são públicos e abertos à participação de todos apareceu, mas não é razoável considerar que espaços possivelmente presenciais em Governador Valadares garantam a efetiva participação de pessoas residentes em Juiz de Fora. Ainda que venham a ser em formato online – o que ainda é bastante incerto –, também não é razoável supor que um número tão reduzido de espaços de debate seja capaz de contemplar o conjunto de dezenas de milhares de pessoas que compõem atualmente a comunidade da UFJF. Além disso, a rejeição expressa e deliberada à possibilidade de discussão em espaços institucionais próprios do *campus* sede, que ocorreria paralelamente à discussão em Governador Valadares, não serve exatamente como um estímulo ou como um convite real ao debate.

O perfil e o papel da comissão

 Quanto ao perfil da comissão condutora dos debates, ainda que felizmente tenha havido, no Conselho Gestor, a retirada do desarrazoado papel de um pretenso “moderador”, previsto inicialmente pela Comissão e que nos remetia a um aval à censura, a representação da APES propôs que não fosse delimitado um perfil específico – “técnico” ou “político” para os integrantes da comissão, como constou no Relatório Final. Parece temerário fazer exigências de um “perfil” sem especificar critérios de seleção ou de aferição da compatibilidade a esse alegado perfil, ele mesmo de difícil precisão. A representação da APES sugeriu a supressão dessa “recomendação” e que fosse assegurada a participação das entidades representativas dos segmentos, a exemplo do que ocorreu com a comissão de metodologia, por determinação do próprio Consu. Além disso, julgamos importante que seja democratizado o processo de composição dessa nova comissão, sendo franqueada a participação de pessoas que não necessariamente componham o Conselho Gestor.

Os elementos do relatório que subsidiará as discussões

 Para a diretoria da APES, é importante que seja garantido o acesso a informações essenciais à compreensão do tema, razão pela qual nossa representação propôs a elaboração de um relatório técnico que contemplasse um conjunto de elementos importantes para subsidiar o debate, como questões relacionadas ao histórico e à estrutura física, organizacional, e de pessoal da UFJF-GV e a conjuntura política e orçamentária vivenciada pelas universidades. Na Comissão, deliberou-se pela permanência de apenas alguns desses elementos. No Conselho Gestor, os demais elementos propostos foram novamente incluídos, mas ainda a título de mera sugestão aos membros da comissão.

Defendemos a obrigatoriedade de que o conjunto de temas sejam contemplados, como forma de garantir um debate devidamente informado e qualificado. Qualquer demanda por celeridade – ela mesma frequentemente contraditória ao debate democrático - não pode comprometer a qualidade dos debates. A construção do posicionamento da universidade deve ser feita de forma autônoma e democrática, e não ficar refém do tempo estabelecido pela tramitação dos projetos de lei sobre a emancipação atualmente em curso na Câmara dos Deputados, e que encontram respaldo em algumas movimentações políticas locais em Governador Valadares.

O momento informativo: a insuficiência na previsão de mesas redondas

 A diretoria da APES também propôs a inclusão de pelo menos mais uma mesa redonda. A ideia era separar um momento específico para conhecer e dialogar sobre as experiências de outras IFEs que se emanciparam recentemente, ou que já vivenciaram esse debate em algum momento, ou, ainda, de IFEs que possuem campi e campi avançados e que não apresentam demanda de emancipação. A proposta era de que esse diálogo não fosse reduzido à participação de uma figura única de gestor representante de uma ou mais dessas universidades, mas sim de que tivéssemos a oportunidade de conhecer várias dessas experiências e cada uma delas em maior profundidade, com participação de representantes dos três segmentos, e envolvendo também as entidades representativas nacionais.

A vagueza na previsão dos espaços de debate

O ponto 3 do Relatório, que trata dos espaços internos e externos de debates, ficou muito ampla e abstrata, com mera menção a "debates nas Congregações e no Conselho Gestor" e a "audiências públicas", sem especificar quantas, com que metodologia e com que representações. É preciso trazer essas especificações, a fim de garantir que haja um número adequado de espaços que garantam a efetiva participação de toda a comunidade interessada e impactada e que sejam efetivamente espaços abertos e democráticos.

Conclusão

É importante deixar claro que a APES não tem, até o momento, posicionamento definido sobre o tema da emancipação em si, e ainda está em uma fase bastante inicial da discussão. A preocupação da diretoria da entidade, até o momento, que tem orientado sua atuação na Comissão de Metodologia e no Conselho Gestor, é no sentido de garantia do debate democrático.

Entendemos que a universidade precisa ter autonomia para discutir o tema em profundidade, com um prazo e uma metodologia compatíveis com a complexidade do objeto. Precisamos de espaços amplos e abertos de debate – e em quantidade suficiente para garantir condições de fala, de escuta e de diálogo a todas as pessoas interessadas na e impactadas pela pauta.

É necessário que o debate seja informado, com uma metodologia que garanta a todos e a todas o acesso a informações importantes para a formação de opinião e que não ignore os aspectos conjunturais mais amplos nos quais as universidades estão imersas. Uma decisão tão importante como essa não pode ser tomada sem um estudo de avaliação de impacto, em suas mais variadas dimensões.

Os elementos relacionados estritamente à gestão são, sem dúvida, importantíssimos e deverão estar no debate, que não pode, contudo, ser reduzido a uma dimensão meramente administrativa, pressupondo condições ideais de funcionamento. É preciso falar de estrutura física e de pessoal, de orçamento – nacional, local e da universidade –, da PEC do Teto de Gastos, do projeto de educação e de universidade defendido pelo atual Ministério da Educação, das motivações políticas em torno do processo de fragmentação de outros campi de universidades e de institutos federais. É necessário conhecer outras experiências, a partir da escuta dos múltiplos segmentos que compõem a comunidade universitária. É preciso avaliar riscos, e isso apenas é possível a partir do acesso à informação. É preciso construir espaços reais de diálogo, com ampla participação, e não um debate simplificado, protocolar, esvaziado, que sirva apenas como uma formalidade reforçadora de movimentações políticas já há bastante tempo em curso.

Enquanto diretoria, que sustenta sua atuação na defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, popular e socialmente referenciada, somos favoráveis, obviamente, à existência de novos *campi*, que consigam ampliar o acesso à educação superior de qualidade e melhorar as condições de trabalho docente. No entanto, em uma conjuntura tão difícil como a que atravessamos, os riscos de que uma eventual emancipação atue em sentido contrário a essa intencionalidade devem ser sopesados de forma séria. E a universidade precisa ser protagonista nas discussões sobre seu próprio futuro.